

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.965 - SP (2018/0246672-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : G D C
REPR. POR : R M D
ADVOGADO : SILVANA CAMILO PINHEIRO - SP158335
AGRAVADO : L DA C S
ADVOGADO : JAKELINE FRAGOSO DE MEDEIROS - SP180801
INTERES. : G D C

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
2. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por G D C representado por R M D contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 22/08/2017.

Concluso ao gabinete em: 27/11/2018.

Ação: declaratória de união estável ajuizada por L DA C S contra G D C, G D C e R M D, na qual alega que conviveu em união estável com o falecido A C, por aproximadamente 6 anos, o que perdurou entre meados de 2009 até a morte deste em abril de 2015. Menciona, ainda, que dessa união não advieram filhos, bem como que foi adquirido o imóvel que servia à residência do casal. Pede, assim, a procedência da ação, a fim de ser reconhecida a união estável.

Sentença: julgou procedente o pedido para reconhecer a união estável e o direito de meação de L DA C S em relação ao bem imóvel descrito na inicial.

Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

Ação de reconhecimento de união estável post mortem –
Procedência – Inconformismo – Não acolhimento – Provas da
convivência marital e da aquisição do imóvel partilhado durante a união
– Ausência de demonstração da alegada subrogação – Sentença
mantida – Recurso desprovido

Recurso especial: alega dissídio jurisprudencial. Sustenta que a agravada não morava no imóvel objeto do presente processo e que não tem direito à sua meação. Defende que não há nos autos comprovação da união estável da agravada com o falecido, bem como não ficou demonstrada a sua residência no referido imóvel.

Parecer do MPF: da lavra do I. Subprocurador-Geral ANTONIO CARLOS MARTINS SOARES, opina pelo não conhecimento do presente agravo.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da divergência jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 5% os honorários fixados anteriormente, observada a gratuidade de justiça deferida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

